



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Flávia Cristina Santos Gomes Ferreira

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA COLEÇÃO DIDÁTICA DE HISTÓRIA
REGIONAL DE SANTA CATARINA:
INTERAGINDO COM A HISTÓRIA**

Florianópolis

2017

Flávia Cristina Santos Gomes Ferreira

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA COLEÇÃO DIDÁTICA DE HISTÓRIA
REGIONAL DE SANTA CATARINA:
INTERAGINDO COM A HISTÓRIA**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do título de Licenciada
em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Dra Clarícia Otto.

Florianópolis

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferreira, Flávia Cristina Santos Gomes
Memória e patrimônio na coleção didática de história
regional de Santa Catarina : interagindo com a história /
Flávia Cristina Santos Gomes Ferreira ; orientadora,
Clarícia Otto, 2017.
58 p. p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
da Educação, Graduação em Pedagogia, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Pedagogia. 2. História - Estudo e ensino. 3.
Patrimônio cultural. 4. Pluralismo cultural. I. Otto,
Clarícia . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Pedagogia. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é para mim o maior reconhecimento por algo que nos fizeram ou mesmo nos desejaram. Então gostaria de agradecer a Deus, Este Ser Superior que me impulsionou e me deu forças pra concluir o que eu quis iniciar. Nesse processo, muitos foram instrumentos para esta conclusão.

Em primeiro lugar, agradeço a meu marido, amigo e companheiro que sempre me estimulou a ir a busca de conhecimento. Foi e é meu principal incentivador. Junto a ele, agradeço às minhas filhas que perderam um pouco da atenção maternal, mas que mesmo sentindo minha falta, me apoiaram cada uma a seu modo. Sem vocês não teria tido tanta motivação e determinação.

Agradeço à dona Carminha que se dispôs a cuidar do meu bebê em seu primeiro ano de vida para que eu não largasse os estudos.

Agradeço à minha mãe, meus irmãos Fabiana e Marcelo e cunhados, que mesmo distante e, de algum modo, contribuíram para esse momento. Agradeço a todos os meus amigos distantes e próximos que me incentivaram, me apoiaram e me deram força pra eu não desanimar.

Agradeço a todos os professores da Pedagogia que foram muito importantes para minha formação.

Agradeço, especialmente, à minha querida professora e orientadora Clarícia Otto por toda sua riqueza profissional e humana que tão generosamente me acolheu como sua orientanda de TCC e me guiou. Agradeço, não somente por não ter me deixado desistir, mas me confirmado que o Ensino em História, se bem compreendido e trabalhado, é estimulante, nos ensina a pensar historicamente, está nas nossas cidades e nas ruas, está relacionado com nossas identidades plurais, tanto do presente, quanto do passado.

RESUMO

Neste Trabalho apresento um estudo sobre a abordagem do tema Memória, Patrimônio e Identidade presente na Coleção didática de História Regional de Santa Catarina para os anos iniciais da educação básica, Interagindo com a História. A coleção é composta por quatro volumes (2º ao 5º anos) e consta como aprovada nos Guias do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2007 e 2013. Dentre os principais objetivos estão a realização de uma revisão bibliográfica para identificar a inter-relação entre os conceitos de memória, patrimônio e identidade; analisar se tal inter-relação está sendo contemplada na referida coleção didática; pensar as identidades culturais relacionadas às diversidades e pertencimentos étnico-raciais; e, com base em Delgado (2008), observar qual “configuração do campo do patrimônio no Brasil” predomina na Coleção: monumentos de pedra e cal; conjuntos urbanos e turismo; bens culturais e/ou patrimônio imaterial ou intangível.

Palavras-chave: Livro didático de História. Anos Iniciais. Memória. Patrimônio Identidade.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	SOBRE MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE.....	13
2.1	INTER-RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS.....	13
2.2	MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS 19	
3	MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA	
	REGIONAL	23
3.1	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) E OS GUIAS DE LIVROS DIDÁTICOS	27
3.2	A COLEÇÃO DIDÁTICA “INTERAGINDO COM A HISTÓRIA”	29
3.3	ABORDAGENS SOBRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA COLEÇÃO	31
3.3.1	Primeira configuração do patrimônio (1937-1968): os monumentos de pedra e cal.....	42
3.3.2	Segunda Configuração (1969-1979): os conjuntos urbanos e o turismo	44
3.3.3	Terceira Configuração (1979-2002): os bens culturais	44
3.3.4	Quarta Configuração (desde 2003): o patrimônio imaterial ou intangível.....	45
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Quando penso no Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental, reforço meu entendimento de que, como professores, temos a responsabilidade de tornar a formação de nossos alunos mais enriquecida e proveitosa, de modo a instigá-los a conhecer, em todos os aspectos, o mundo que os recebeu. Devemos ter a convicção de que estamos contribuindo para a formação de um sujeito que irá transformar o mundo, a começar pelos elementos que lhe são apresentados, mas, muito especificamente, das significações que atribuímos ao mundo que nos rodeia. Arendt (2013, p. 235), nos ajuda nessa reflexão ao apontar a nossa responsabilidade como adultos e educadores em buscar de preservar o mundo para que possamos apresentá-los às crianças, numa relação dinâmica, a cada nova turma que conhecemos: “Assim, a criança objeto da educação, possui para o educador um duplo aspecto: é nova em um mundo que lhe é estranho e se encontra em processo de formação: é um novo ser humano em formação.”

Para que a formação seja ampla no sentido de desenvolver nas crianças um sentimento de pertencimento e de identidade, é necessário conhecer a história daqueles que vieram e construíram o patrimônio histórico cultural que temos hoje. Segundo Otto (2009, p. 167) “os primeiros anos de escolarização são de suma importância, pois muitas representações obtidas no tempo de criança vão perdurar ao longo da vida adulta.” Penso que, como educadores, somos responsáveis pela formação humana e cidadã para que, no desenrolar dos seus anos de escolarização, a criança, vá se tornando crítica e participativa.

A memória se faz necessária e é responsável por dar continuidade à essa trajetória histórica e cultural que se desenvolve nas interações sociais, bem como valorizarmos o passado que permanece no presente, mantendo viva a história¹. Não há como estudar História sem remexer nas memórias. Mas o que seria preservar o mundo, sem preservarmos a memória e a historicidade humana ao longo do tempo? Le Goff (2003, p. 49) afirma que “a memória não é a história, mas um de seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica”. Haja vista, que compreendemos a ação das pessoas no tempo como objeto de estudo da História, e estas ações realizadas em coletividade, são o ponto de partida para transformação e continuidade da espécie humana que passam, de geração em geração, e que nos permitem compreender o mundo em que vivemos. Ensinar história é ter consciência

¹ Obviamente, compreendo que o presente contém traços característicos do passado não tal como o passado existiu, e sim modificados.

de sua importância para a compreensão do mundo de forma interligada ao que aconteceu, acontece e pode ou venha a acontecer, auxiliando na compreensão da atualidade.

De acordo com Borges (1993, p. 48):

A história como vimos, não é só levantamento de dados ou fatos; ela os relaciona entre si, procurando descobrir e sistematizar as relações existentes entre eles. A história, como toda forma de conhecimento, procura desvendar, revelar, sistematizar relações desconhecidas, não claras.

O legado material e imaterial que “preservamos” e “repassamos” ao longo de nossas vidas nos auxiliam na compreensão da nossa trajetória humana ao nos fornecer informações sobre nossos antepassados, nossa cidade, nossa comunidade, nossa família, nosso país, contribuindo assim para a formação de nossa identidade. Ao buscarmos conhecer nossa trajetória histórica, nos percebermos como sujeitos ativos e pertencentes a um grupo histórico e social que produz conhecimento e compartilha memória. É preciso que possamos ter a possibilidade de conhecer as memórias, pois, elas se mesclam e nos relatam tempos e acontecimentos, sentimentos e descontentamentos, que ficam no vácuo e que são, muitas vezes, deixados de lado pela História oficial. Nora (1993, p. 18), nos ajuda nessa reflexão sobre memórias e suas significações na escrita da história ao nos apontar que:

Na mistura, é a memória que dita e a história que escreve. É por isso que dois domínios merecem que nos detenhamos, os acontecimentos e os livros de história, porque, não sendo mistos de memória e história, mas os instrumentos, por excelência, da memória em história, permitem delimitar o domínio. Toda grande obra histórica e o próprio gênero histórico não são um lugar de memória?

É preciso estimular a memória, despertar o interesse e a recriação das lembranças guardadas pelos mais antigos, bem como propagar as memórias mais recentes de fatos acontecidos, de conversas, de paladares e lugares que nos significam. Faz-se necessário despertar em nossos alunos o interesse pelas histórias, recordações, marcas sólidas e subjetivas da história e de vivências, tanto positivas, quanto negativas, para que nossa historicidade não seja esquecida com o passar dos tempos, mas sim, seja a presença forte de uma época. Dessa forma desenvolveremos como educadores, juntamente com os alunos, uma educação patrimonial que toma os bens culturais como ponto de partida, fonte primária de acordo com Grunberg (2000). Mas o que seria então uma educação patrimonial? Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p.6) assim a definem:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidade e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.

Oriá (2012, p. 141), define Educação Patrimonial da seguinte forma:

Uma educação voltada para questões referentes ao patrimônio cultural, que compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes proporcionar informações acerca do acervo cultural, de forma a habitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema.

Com base em leituras, tais reflexões surgiram durante o período em que lecionava nas turmas do 4º ao 9º anos do Ensino Fundamental, primeiramente, como estagiária, e depois como professora já formada em História pela Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Garanhuns em 2003. Em 2012, enquanto trabalhava como auxiliar de Educação Especial na Rede Municipal de Florianópolis, resolvi tentar uma vaga no curso de Pedagogia para dar continuidade à minha formação como professora e assim qualificar minha prática pedagógica. Então, minhas inquietações, cultivadas anteriormente no período em que lecionava a disciplina História, se desenvolveram e tornaram-se mais pulsantes durante a disciplina “História, Infância e Ensino”, do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina, então ministrada pela professora Clarícia Otto. Conversando então com a professora Clarícia, comentei sobre meu interesse em entender e buscar respostas para minhas indagações, pois, não entendia o porquê de não haver uma ênfase no estudo sobre memória e patrimônio histórico, principalmente nos anos iniciais do Ensino fundamental, fase esta tão importante da formação identitária da criança em desenvolvimento e a sua participação como cidadão que conhece/cuida preserva a sua memória, sua história e o seu patrimônio, principalmente por pertencermos a um país com tamanha riqueza e diversidade cultural.

Durante o período em que lecionava, sentia falta de uma proposta pedagógica que colocasse em destaque algo que, para mim, é fundamental na construção de uma formação cidadã e crítica. Não havia espaço para o tema memória e patrimônio, mesmo este sendo parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) os quais tem como eixo temático:

História Local e Cotidiana: “A preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a dia.” (BRASIL 1997, p. 50)

Grunberg (2000, p. 161) complementa ao dizer que:

São essas características regionais que contribuem para a formação de identidade do cidadão brasileiro, na medida em que, incorporadas ao processo de formação do indivíduo, lhe permitem reconhecer seu passado, compreender o presente para poder modificá-lo e planejar seu futuro.

De acordo com Oliveira (2005, p.169) “As crianças compreendem e interpretam a história com “lógica, buscando as relações entre causa e efeito entre os acontecimentos.” Retomando o pensamento de Arendt (2013), anteriormente citada, fui motivada a ver como esse mundo está sendo mostrado, apresentado às nossas crianças dentro do espaço escolar e nos livros didáticos de História voltados aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Visto que esse recurso didático ainda se mantém como uma ferramenta básica na maioria das escolas que recebem tal material analisado e proveniente de um grande investimento por parte do governo federal através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Como afirma Bittencourt (2012, p. 71), “O livro didático continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos.”

Sendo assim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso, analisa como o tema memória, identidade e patrimônio estão apresentados nos livros didáticos, mais especificamente, na coleção didática de História Regional de Santa Catarina “Interagindo com a História”, nos volumes de 2º ao 5º anos, aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) nos anos de 2007 e 2013. A pesquisa se desenvolveu com base em levantamento bibliográfico, leitura, identificação e análise do respectivo tema na Coleção estudada.

O objetivo é identificar, nesses livros, se, da forma como são apresentados contribuem para a formação da criança no sentido de levar a conhecer a história local a partir das memórias e identidades relacionadas ao patrimônio histórico e cultural do estado e/ou município em que vivem. Minha questão central é: Será que da forma como são apresentados contribuem para a formação do futuro cidadão se sentir pertencente à sua localidade? Dessa forma, compreendo que trabalhar os temas memória e patrimônio cultural é apresentar ferramentas para a construção da consciência de uma identidade que se forma ao longo do

tempo de vida dentro de uma coletividade. É construir junto com cada criança o sentimento de pertencimento e valorização de sua própria história.

O trabalho está dividido em dois capítulos. O primeiro, intitulado Memória, Patrimônio e Identidade, busca adentrar nesses conceitos e na inter-relação entre eles, tão importante para a constituição da identidade, bem como tais conceitos estão sendo trabalhados no ensino de história nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O segundo capítulo: Memória e Patrimônio nos livros didáticos de História Regional busco a analisar como a temática Memória, Patrimônio e Identidade estão abordados na referida coleção didática. Ademais, nesse capítulo, procuro verificar se, de alguma forma a coleção contempla elementos apontados nos PCN e na Proposta Curricular da Rede Municipal de Florianópolis que tange aos aspectos da memória, do patrimônio e da identidade. Haja vista que o referido documento traz em seu bojo a importância de se trabalhar com fontes/documentos em sala de aula, bem como, identifico elementos do patrimônio relacionados à História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, presentes na Coleção, visto que a diversidade cultural é colocada, nos PCN, como “patrimônio sócio-cultural do Brasil.” Além de buscar os objetivos propostos em relação a história local para que as crianças conheçam o espaço em que vivem e assim relacioná-lo com outros espaços fora de sua localidade, como podemos constatar no que nos diz a Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis:

- Observar, no local onde mora, evidências históricas do presente e do passado.
- Comparar diferentes formas de representação do espaço.
- Estabelecer relações entre a história local e a nacional a partir do estudo patrimonial.
- Compreender que a organização espacial está relacionada com a história dos seus habitantes, no presente e no passado do lugar.
- Identificar a divisão dos espaços urbanos em espaços públicos e privados, analisando elementos que representam cada um deles.
- Identificar situações no lugar onde mora, estabelecendo relações de permanência e mudança entre o presente e o passado. (FLORIANÓPOLIS, 2008, p.191)

Por fim, na última parte do capítulo, busco identificar, à luz de Delgado (2008) como a coleção, ao tratar sobre Memória e Patrimônio se reporta às diferentes configurações da trajetória de constituição do patrimônio no Brasil: (a) os monumentos de pedra e cal (1973-1968); (b) os conjuntos urbanos e o turismo (1969-2002); (c) os bens culturais (1979-2002);(d) o patrimônio intangível (desde 2003).

2 SOBRE MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADE

Pensar nos conceitos de memória, patrimônio e identidade, é ter consciência de que nos tornamos humanos nas relações sociais, mas também na busca de quem somos, fomos e seremos. Afinal, é no convívio, nas interações, nas trocas e experiências com nossos semelhantes que vamos constituindo nossa identidade e deixando também nosso legado histórico. Seja para a nação, para o mundo, ou mesmo para os nossos descendentes, parentes e amigos. Enfim, é a partir desses três conceitos que se unem, memória, patrimônio e identidade que revivemos, reinventamos e rememoramos.

2.1 INTER-RELAÇÃO ENTRE OS CONCEITOS

Início este capítulo refletindo sobre quem somos, o que somos e como seremos lembrados. Qual a nossa contribuição para a história da humanidade e, principalmente, para a nossa história particular, localizada dentro de um espaço fragmentado de um grande território? Partindo dessa reflexão, considero que a história, que busca investigar e que tem como função principal estudar o passado na relação com o presente, nos auxilia a compreender o processo que se relaciona profundamente com as lembranças que guardamos das nossas relações sociais e de nossa historicidade. Borges (1993, p. 48), nos auxilia a pensar sobre o conceito de história e sobre a relação do ser humano na construção do passado/presente quando diz:

A história é a história do homem, visto como um ser social, vivendo em sociedade. É a história das transformações humanas, desde o seu aparecimento na terra até os dias atuais em que estamos vivendo. Desde o início, portanto, pode-se tirar uma conclusão fundamental: quer saibamos ou não, quer aceitemos ou não, somos parte da história, e todos desempenhamos nela um papel. E temos então todos, desde que nascemos uma ação concreta a desempenhar nela.

Sendo assim, fazer história é se construir dia a dia na coletividade, é transformar, é também buscar, nas nossas mais longínquas lembranças, parte daquilo que somos e que realizamos. Quando nos remetemos ao que passou em nossas vidas, em nossas famílias, na nossa rua, cidade ou país, estamos redescobrimo, nos reencontrando com a história. Esse reencontro é possível por meio da memória como fonte. “Não há história sem memória, mas

nem toda memória é história”(informação verbal).² Infelizmente nem todas as nossas memórias são consideradas como parte da história oficial e passíveis de serem trabalhadas no ensino. Ao libertar nossas lembranças, vamos dando lugar a fatos, cheiros, sensações, sentimentos que auxiliam na construção de nossa identidade e, como fonte para a escrita, como também da disciplina escolar com seus conhecimentos sistematizados. De acordo com Nora (1993, p.8-9),

se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história. A memória é a vida sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Conceituar memória é uma tarefa difícil, pois carregamos variadas experiências e emoções que vamos, ao longo da vida, significando e reavivando por meio de objetos, sabores, cheiros. Segundo Otto (2012, p, 26) “de acordo com as experiências de vida de cada pessoa, é impossível pensar que o ato de recordar seja único, mesmo em se tratando de uma mesma época, de um mesmo passado vivido por todos”. A cada vez que uma lembrança é despertada, temos chance de “reviver” aquele momento, mas também refletir sobre ele. De acordo com Delgado (2006, p. 38), “a memória atualiza o passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados.” Podemos querer refazer o passado, ir ao encontro de um tempo remoto tentando reconstruir de uma nova forma, apenas recordar ou mesmo não querer lembrar. Somos portadores de lembranças individuais, particulares e significativas mesmo estando num contexto coletivo em que a dinâmica da vida auxilia nas vivências e transformações que nos mantém vivos na trajetória histórica da humanidade. Portelli, (2004, p.296 apud OTTO, 2012, p.24) também nos aponta que “recordar, contar histórias, é tomar as armas contra as ameaças do tempo, é resistir ao tempo e, até mesmo, no limite, achar que é possível controlar o tempo.” Bosi (1998, p.20) diz que a memória é uma espécie de trabalho, porque não

² Palavras da professora Clarícia Otto durante aula no curso de Pedagogia na Universidade Federal de Santa Catarina no dia 11. 03.15. Com esta afirmação, a professora estava se referindo aos vários significados da palavra História. Chamava a atenção que devemos compreender a História como conhecimento que é produzido com base em fontes diversas, dentre quais, a memória. Claro que, num outro sentido, memória é história. Esse sentido se reporta aos processos vividos, do que passou.

somente recordamos, mas refletimos, refazemos as lembranças. A referida autora esclarece que o processo de rememorar transforma os sujeitos, “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações.” (BOSI, 1998, p.46).

Levando em consideração de que nós humanos, não conseguimos guardar todos os fatos em nossa memória, passamos a pensar que elas são eletivas, indo ao encontro com o que afirma Pollak (1992, p.203) “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.” Temos a opção de rememorar ou colocar no esquecimento fatos que não nos tem mais significância. Delgado (2006, p. 16) contribui ao esclarecer que:

O passado espelhado no presente reproduz através das narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica, pelo processo de recordação, que inclui, ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para a reconstituição do que passou segundo o olhar da cada depoente.

Pensar em memória é saber que dela faz parte nossa constituição como ser individual, singular. Somos parte de nossas ações, das pessoas que conosco convivem e/ ou conviveram e dos lugares por onde passamos. Memória e identidade são indissociáveis. De acordo com Bobbio (1997, p.30):

Dizemos: afinal, somos aquilo que pensamos, amamos, realizamos. E eu acrescentaria: somos aquilo que lembramos. Além dos afetos que alimentamos a nossa riqueza são os pensamentos que pensamos, as ações que cumprimos, as lembranças que conservamos e não deixamos apagar e das quais somos o único guardião.

A memória e a identidade andam na mesma direção. É a memória que nos dá suporte para a construção de nossa identidade e identificação com determinado grupo e espaço contribuindo para a construção do sentimento de pertencimento, mas também para a construção do que realmente somos. Sem as experiências coletivas, sem o contato com o outro, não enxergamos a nós mesmos. Nessa dinâmica que envolve experiências, vivências e que geram memórias produzidas por nós ou mesmo que herdamos ao longo da vida, vamos constituindo a nossa identidade que vem a ser definida por Pollak (1992, p.204) da seguinte forma:

É o sentido da imagem de si, para si e é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Para o autor, há uma ligação estreita entre memória e identidade. Nesse refletir sobre esses conceitos, penso que não podemos estudar/ensinar história sem conhecermos e refletirmos sobre as nossas memórias e a nossa identidade tanto individual, mas também como ela se mostra no coletivo. Delgado (2006, p.38), complementa afirmando que “a memória constrói identidade e solidifica as consciências individuais e coletivas. Constitui-nos e nos leva a reconhecermos-nos como parte integrante de uma comunidade seja em caráter público ou privado como a família.” A partir de nossas vivências e experiências, construímos uma espécie de lembrança identitária, visto que, ao nos remetermos às lembranças, nos encontramos com a nossa história e com quem realmente somos. Oriá (2012, p.139) afirma que: “É a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas.”

Para exemplificar, imaginemos que um indivíduo, ao mudar para outro estado, região e até outro país, sofra muito com a adaptação nesse lugar, pois, não construiu nenhuma relação com a história deste lugar. Não há nenhum vestígio de raiz. Esse indivíduo sofre por muito tempo e, no decorrer da vida vai vivenciando, experienciando essa nova terra, este novo lugar e novas pessoas. Com o passar dos anos, adapta-se e vê-se parte desse novo contexto. Ao vivenciar o lugar, este indivíduo construiu novas histórias e novas memórias que, aos poucos, o permitiu constituir uma nova identidade, tanto individual quanto coletivamente, pois, agora faz parte de um grupo e vivencia experiências e transformações desse novo ‘lugar’, muito embora continue com a memória de sua vivência anterior.

Com base nessas questões, constatamos, assim, que as memórias não se desenvolvem apenas individualmente, mas também são uma construção coletiva que passa por constantes modificações como defende Halbwachs (apud POLLAK, 1992, p.201), “é no convívio com outros seres humanos que vamos construindo nossa memória e assim garantindo nossa identidade.” Halbwachs (apud OTTO, 2012, p. 29) também afirma que a “memória é um fenômeno coletivo.” O que confirma tudo que lemos, nos apropriamos e acreditamos. Somos parte de um todo que compartilha e vivencia momentos cotidianos e históricos inserido numa rica diversidade.

Santos (1994 apud DELGADO 2006) aponta que as identidades se renovam e que estão demarcadas pelo reconhecimento das diferenças. Na mesma obra, Delgado (2006, p.61,) conclui que “Não há identidade sem alteridade, sem comparação.” Tolentino (2013, p.7) complementa ao apontar que é a partir do conflito daquilo que vejo no outro e que difere do que vejo em mim que se constitui a identidade cultural. Neste mesmo espaço e tempo, reconhecemos nossa identidade, ao passo que percebemos as diferenças no outro. Constituímo-nos nas interações sociais, nas relações cotidianas, no contato e aprendizado gerado coletivamente. Koll (2010, p.80) auxilia a entender o desenvolvimento humano a partir das interações sociais, defendida por Vigotsky, quando esclarece: “Na concepção que Vygotsky tem do ser humano, portanto, a inserção do indivíduo num determinado ambiente cultural é parte essencial da sua própria constituição como pessoa.” Ainda sobre a interação entre os seres humanos, Pollak (1992, p.204) acrescenta que: “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.”

Pensando com os autores, entendo que nos desenvolvemos do social para o individual, quando significamos o aprendizado tanto no coletivo quanto individualmente. Dessa dinâmica relacional, produzimos cultura e nos tornamos guardiões de tradições e valores de um determinado grupo. Portanto, somos o que somos porque o outro contribuiu para nossa formação. Parte do que somos também está imbricado nos patrimônios culturais que conhecemos, herdamos, produzimos e preservamos. Considero que seja importante trabalhar esse conceito para o entendimento do que vem a ser patrimônio cultural. Ressalto que o patrimônio, aqui citado, a se refere não ao que diz respeito tão somente à posse material, mas de todos os bens culturais materiais ou imateriais que buscam preservar o passado, contar e recontar histórias vividas por pessoas de todas as idades e esferas sociais. Patrimônio carregado de valores sentimentais e históricos, ou seja, o legado que conta uma história às novas gerações mantendo vivas as nossas memórias, nossa cultura e nossas tradições.

Se pararmos para pensar e observar, constataremos que é possível encontrar uma gama de patrimônio cultural junto a nós, visível ou não aos nossos olhos, em nosso dia a dia. Como nos diz Santos (2013, p.12),

trabalhar o conceito de patrimônio é reconhecer, dentre outras coisas, que para avançar no entendimento não precisamos ir longe. Ao contrário, o que

precisamos pode estar bem pertinho de nós, bastando apenas que dediquemos um olhar sensível ao nosso redor e ao que de fato atribuímos valor e, do mesmo modo, o que nos valoriza e dá sentido à nossa vida. É um olhar para dentro: primeiro para dentro de nós, depois para dentro de casa, do jardim, do quintal, do bairro, da cidade, e, finalmente, da região e do país.

Oriá (2012, p.134) assinala que “o patrimônio histórico-cultural não constitui apenas acervo de obras raras ou da cultura de um passado remoto e distante, nem serve tão só para relembrarmos nostalgicamente os tempos idos”. O patrimônio nos ajuda a entender a história e nos reconhecemos nela.

Na Carta Magna, podemos constatar essa afirmação de Oriá (2012) na definição legal que reconhece e valoriza o patrimônio cultural em sua mais abrangente dimensão. De acordo com a Constituição da República de 1988, em seu artigo 216, diz:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Diante de tais definições e conceitos, entendo que bens culturais materiais e imateriais são aqueles que construímos e herdamos na dinâmica da vida e que, junto com as memórias que vamos tecendo no caminhar diário, nos tornamos um ser totalmente único, porém, integrante de um grupo que se assemelha, mas principalmente que se diferencia dos demais. Dialogando com Grunberg (2006, p. 160), “a cultura é eminentemente dinâmica- *transmite-se e se aprende-se*-, e é neste processo de socialização, que aprendemos a formar parte do grupo ao qual pertencemos, onde vamos adquirindo a nossa identidade.” E, neste processo, vamos acumulando patrimônios que nem sempre são consagrados pelo poder que os define, pela história oficial, mas que contam sobre nossa história, nos formam e que são determinados pelos nossos valores.

2.2 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS INICIAIS

Pensar no ensino de História é disponibilizar-se a buscar, junto com os alunos, a compreensão temporal na relação presente/passado. A educação patrimonial se faz necessária para que haja uma conscientização da valorização das memórias e dos bens culturais que conhecemos ou possamos vir a conhecer. A escola tem papel fundamental nessa construção, significação e conscientização para levar à compreensão dos conceitos de memória, patrimônio e história. Porém, não basta apresentar o conceito sem trabalhar seu significado, o que tornaria o conhecimento vazio. Vigotsky (2001, p.247) afirma que ao trabalhar o conceito de forma direta, “a criança não assimila o conceito, mas a palavra capta mais de memória que de pensamento e sente-se impotente diante de qualquer tentativa de emprego consciente do conhecimento assimilado.” Dialogando com Vigotsky (2001), é necessário que antes de apresentar os conceitos de patrimônio, memória, identidade, é preciso ouvir o que os alunos trazem consigo quais são seus conhecimentos.

Dessa forma, nesse processo de construção do conhecimento histórico escolar, o aluno irá se percebendo como sujeito histórico que vive e transforma seu espaço local. Nesse contexto, a educação patrimonial vem auxiliar no desenvolvimento da significação dos conceitos aqui abordados para que o ensino-aprendizagem seja enriquecedor, despertando o sentimento de pertencimento por parte do aluno. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014, p.21) aponta que, atualmente, há muita iniciativa que visa à educação patrimonial, e, de acordo com a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC):

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

É de se considerar que para nos percebermos como sujeitos ativos e pertencentes a um grupo histórico e social é preciso que possamos ter a possibilidade de conhecer um pouco da história daqueles que vieram e construíram o patrimônio histórico cultural que temos hoje, principalmente a partir de suas próprias histórias, de seus vizinhos, de sua comunidade.

Sendo assim, o estudo em História não deve se limitar ao estudo do passado com uma metodologia ultrapassada que visa concluir um dado Programa de conteúdos, mas, sim, buscar estratégias, meios para que possamos conhecer a nossa história pelas lembranças e patrimônios que herdamos por parte daqueles que viveram antes de nós, para que assim, e assim, possamos refletir sobre os fatos, buscando entender o porquê das permanências e transformações numa apropriação mais crítica, em que o aluno se veja como atuante no processo histórico. Na busca de uma metodologia adequada para a educação patrimonial, fui ao encontro de autores que ajudam a encontrar um modo de ensinar história, de modo a contemplar o aluno no processo histórico.

Otto (2009) ressalta a importância de o professor compreender a relação entre conteúdo e metodologia no ensino de história. Ou seja, para a autora,

a preocupação está centrada no modo *como* ensinar e não somente *no que* ensinar. É na identificação dos problemas do presente, na relação entre presente/passado dos acontecimentos que as mudanças e permanências, as transformações e rupturas, as noções de ordenação, sucessão, duração e simultaneidade, o estabelecimento de relações temporais como antes, depois, mais velho, mais novo, durante, ao mesmo tempo e a localização cronológica no tempo serão, aos poucos, compreendidos, juntamente com o gradual processo de descentração da criança. (OTTO, 2009, p. 168).

Buscando compreender sobre metodologia na educação patrimonial penso que, nós professores do ensino fundamental, principalmente nos anos iniciais, temos que buscar estratégias para tornar o aprendizado enriquecido e motivador. Não apenas mostrar o conteúdo, mas seduzir os alunos para esse novo conhecimento, buscando integrá-los com sua vida e sua história desenvolvendo de fato uma educação que prime pelo patrimônio cultural tão importante para a formação de um cidadão.

Grunberg (2000, p. 167-168), define a Educação Patrimonial como *ensino centrado nos bens culturais* e os aponta como fonte primária de ensino e como recurso que pode se transformar em instrumento no processo de ensino. A autora, que tem as crianças brasileiras em fase formativa como público-alvo, defende que estas “necessitam aprender normas e regulamentos, maneiras de ordenar, perceber e viver o mundo.” (GRUNBERG, 2000, p. 169). Pois, ao percebermos o mundo, nos vemos nele e nas transformações, mas também nas permanências preservadas por nós, seres humanos.

Oriá (2012, p. 141), define Educação Patrimonial da seguinte forma:

Uma educação voltada para questões referentes ao patrimônio cultural, que compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes proporcionar informações acerca do acervo cultural, de forma a habitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o conseqüente interesse pelo tema.

Caimi (2009, p. 69), buscando responder questões a respeito do ensino e aprendizagem, conclui que é necessário que as crianças relacionem a sua própria memória, para depois articulá-las com a memória histórica. Bergamaschi (2000, p.2) propõe uma nova abordagem que busque aproximar o aluno do que está sendo estudado dando relevância ao que tem significado para ele, ou seja, começar pela sua própria história e ir avançando ao passo que o ensino vai tornando-se significativo:

Ensinar história como uma possibilidade de o sujeito situar-se no tempo e no espaço em que vive conhecer aspectos do passado-constituído do presente tornando visíveis diferentes situações, grupos, e indivíduos e participar da elaboração de seu projeto de futuro, evitando assim que esse futuro seja projetado à sua revelia.

A autora acredita que o ensino de História, nos primeiros anos do Ensino Fundamental, é de suma importância para a descoberta dos alunos sobre eles mesmos e seus antepassados, o que pode permitir, a partir de sua própria história, relacionar presente, passado e futuro. (BERGAMASCHI, 2000).

De acordo com Schimidt e Cainelli (2010, p.54) o aprendizado se torna relevante quando tem significado para o aluno. Otto (2009, p.172) ressalta a necessidade de “educar para a compreensão da variabilidade dos pontos de vista, para a compreensão daquilo que muda e permanece ao longo do tempo; para a percepção da mudança; para o entendimento das categorias que regulam a vida; para as questões em torno da noção de identidade, de memória e de sujeito histórico.”

A escola por ser uma instituição social, deve integrar os ensinamentos de maneira organizada de modo a articulá-los com a vida. Dewey (2010) considera a experiência como um aspecto importante da aprendizagem em todos os campos do conhecimento e que deve levar em consideração as experiências vivenciadas pelos alunos cabe ao professor organizar e decidir como introduzir estas experiências em seu plano de ensino que não deve ser único e estanque, respeitando sempre os princípios da continuidade e interação de modo a estimular a atividade

inteligente. Para Dewey (2010, p.45) “os dois princípios de continuidade e interação não se separam um do outro.”

Trabalhar com a história se faz necessário para que possamos estimular os alunos a buscar conhecer e dar continuidade a essa trajetória histórica e cultural que se desenvolve nas interações sociais, para que, assim, possa entender a necessidade de preservação do patrimônio como guardião de nossas memórias, de nossa história. Oriá (2012, p.130) considera que:

A escola, e em particular o ensino de História, tem um papel fundamental nesse processo. Ela é em última instância, o *locus* privilegiado para o exercício e formação da cidadania, que se traduz, também, no conhecimento e na valorização dos elementos que compõem o nosso patrimônio cultural.

A educação de acordo com o pensamento de Arendt, deve se constituir num processo em que as gerações mais velhas, por meio da memória, transmitam aos mais jovens seus valores para a conservação do mundo e das coisas que dão certo. Ou seja, precisamos ser educados e preservar o mundo em que vivemos dando continuidade ao que já encontramos quando nele chegamos, porém, buscando sempre transformar de acordo com nosso contexto histórico, pensando no bem daqueles que ainda estão por vir. “A educação está entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é, porém se renova continuamente através do nascimento, da vinda de novos seres.” (ARENDR, 2013, p.234).

Pensando em como esse conceitos são de suma importância para a formação cidadã e para a compreensão e conscientização da educação patrimonial na formação de nossa identidade, trago no próximo capítulo a análise do tema nas páginas da Coleção didática onde busco identificar como o tema é apresentado e trabalhado com as crianças e professores.

3 MEMÓRIA E PATRIMÔNIO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA REGIONAL

O livro didático é uma ferramenta ainda muito usada nas salas de aula em todo Brasil. O livro de acordo com Freitas (2009, p. 17) “podem possibilitar uma boa aula, ou um curso de qualidade.” Pensando na qualidade de uma boa educação patrimonial, busco neste capítulo, adentrar na Coleção didática buscando identificar e analisar como o tema por mim estudado é trabalhado, bem como trago um pouco da importância do Programa Nacional do Livro Didático para o processo de ensino-aprendizagem nas salas de aula. Busco analisar também, como a cultura afro-brasileira, e, como a trajetória patrimonial em suas diferentes configurações está representada na Coleção.

Segundo Bittencourt (2012, p. 73):

[...] para entender o papel que o livro didático desempenha na vida escolar, não basta analisar a ideologia e as defasagens dos conteúdos em relação à produção acadêmica ou descobrir se o material é fiel ou não às propostas curriculares. Para entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições.

Ao estudarmos a história da disciplina História, constatamos que esta passou por vários episódios em que ocorreram mudanças na sua estrutura, bem como em suas propostas educacionais. Dentre esses momentos e transformações, o livro didático também passou por modificações que o levaram à estrutura que vimos atualmente. De acordo com Caimi e Machado (1999) primeira definição como livro didático se deu com o Decreto de 1938 em seu artigo 2º, §1º:

Compêndios são livros que exponham total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares; §2º - Livros de leitura de classe são livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de texto, livro texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático. (BRASIL, 1938 apud CAIMI; MACHADO, 1999, p.35).

O livro didático foi e continua a ser o principal instrumento usado por professores no ensino de História. Mas, de acordo com Caimi e Machado (1999, p. 33), “também o maior instrumento de popularização do conhecimento histórico.” Entendo com essa citação que, na

maioria das vezes, é por meio desse recurso que o conhecimento chega para a maioria das pessoas, principalmente aquelas que têm no livro didático a maneira mais próxima de contato com o conhecimento sistematizado. Refletindo sobre essa constatação de que o livro didático ainda é um instrumento principal ainda muito utilizado, passo a indagar o porquê isso se dá. Será por falta de preparo dos docentes ou por formação precária inicial e continuada?

Por muito tempo, os conteúdos trabalhados no ensino de história, tinham a Nação e a política como base curricular, conforme já foi citado neste trabalho. De acordo com Cainelli (2010, p. 22), “os manuais didáticos destinados à crianças e adolescentes contemplavam como conteúdos a história das instituições políticas brasileira, a história dos governos, dos líderes governamentais, das disputas em torno do poder sejam por guerras, revoluções ou revoltas.” A referida autora, relata que houve significativa mudança na temática sobre o que ensinar em História em meados do século XX. Segundo Cainelli (2010, p. 23), “Temáticas como mulheres, crianças, religiosidades e porque não dizer temas relacionados à própria estrutura do conhecimento histórico como fontes, documentos, temporalidade começam a fazer parte dos conteúdos.”

Ao pensar nesta citação, minha memória levou-me para o tempo em que eu era criança e aluna da 3ª série do antigo 1º grau. Lembro que eu não gostava das aulas de estudos sociais até a 3ª série. Quando passamos a ter aula sobre Pernambuco que tinha seu próprio livro didático, trazendo em seus conteúdos um pouco da história das principais cidades, sua história, economia, geografia e lugares turísticos. A partir desse momento, lembro do sentimento de ‘pernambucanidade’ que ficava em nossos corações quando cantávamos o hino do estado, e de como nós alunos, sentíamos como era bom estudar sobre nosso estado.

Tal experiência fez com que eu passasse a me interessar muito pelas aulas e vivia a folhear o livro. Caimi e Machado (1999, p.37) ajudam a identificar esse momento de minha vida, por meio dos documentos oficiais quando relatam que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), 5692/71, trouxe mudanças no programa educacional, inserindo a disciplina Estudos Sociais para as turmas de 1º graus, no lugar de História, bem como “a decretação do fim dos programas nacionais obrigatórios, o que viabilizou a constituição de currículos regionalizados.” Podemos constatar que as mudanças que levaram ao estudo da história local/regional vêm desde a década de 1970. Atualmente, temos em vigor a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 que ampliou o rol de temáticas a serem abordadas nas escolas. Novos parâmetros foram atribuídos, contribuindo para que a história regional tivesse lugar no ensino-aprendizagem, sendo este incluído nos livros didáticos.

Os PCN's apontam que “a preocupação com os estudos de história local é a de que os alunos ampliem a capacidade de observar o seu entorno para a compreensão de relações sociais e econômicas existentes no seu próprio tempo e reconheçam a presença de outros tempos no seu dia-a-dia.” (BRASIL, 1997, p.51). O documento oficial afirma, ainda, que:

Em outra concepção de ensino, os fatos históricos podem ser entendidos como ações humanas significativas, escolhidas por professores e alunos, para a análise de determinados momentos históricos. Podem ser eventos que pertencem ao passado mais próximo ou distante, de caráter material ou mental, que destaquem mudanças ou permanências ocorridas na vida coletiva. (BRASIL, 1997, p.35-36)

Tais mudanças são de fato presentes hoje no cotidiano escolar, mostrando que temas mais abrangente estão inseridos no aprendizado. Percebemos uma grande abertura para o desenvolvimento dos estudos sobre memória, identidade e patrimônio, tão esquecidos durante a trajetória do ensino de História, e que aqui ganha espaço para serem trabalhados e inseridos nos livros didáticos. Como afirmam Schmidt e Cainelli (2010, p. 138) “A valorização da história local pelos historiadores, teve reflexo nas propostas curriculares nacionais, como se pode observar nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental (1997-1998).” As autoras apontam que: atualmente, um dos importantes objetivos do ensino da História é contribuir para que o aluno conheça e aprenda a valorizar o patrimônio histórico de sua localidade, de seu país e do mundo.” (SCHMIDT; CAINELLI, 2010, p. 140)

Os livros didáticos se colocam então como instrumentos que apresentam e representam a história regional para o aluno, visto que este talvez seja o seu primeiro contato com a história (escrita) de sua localidade, permitindo-lhe ver-se dentro do contexto histórico. Como diz Oliveira, Cardoso e Gomes (2009, p. 90), “é de fundamental importância que os conteúdos abordados por estes materiais didáticos colaborem com o processo de construção de identidade dos alunos devendo, para tal, partir do cotidiano destes, fazendo parte do horizonte de conhecimento assimilado e assimilável por estes. Sendo assim, o aluno juntamente com a professora ou professor poderá levantar questionamentos, curiosidades, e, principalmente problematizar o conteúdo presente no livro buscando entender como se desenvolveu a história de seu local, de seu estado, seu país e do mundo. Freitas (2009, p.14) afirma que: “entre as virtudes do livro didático, obviamente, desponta o fato de ele respeitar e até estimular o trabalho com a realidade do aluno.”

Mas não basta trabalhar o tema proposto pelo PCN, mas integrá-lo com outros espaços e suas historicidades, o que vem a significar ao estudo da história local dentro de um contexto mais amplo que envolve outros tempos e outras pessoas, e não somente as pessoas próximas aos educandos. Lima (2009, p.38) ajuda a refletir sobre como trabalhar a história local/regional de modo a contemplar um conhecimento mais abrangente e não individualizado:

Essa perspectiva dá outra dimensão ao ensino de História nas séries iniciais, uma vez que propõe aos alunos uma história viva, que pode ser estudada a partir das relações entre o acontecimento do passado e do presente, utilizando-se de estratégias de observação, comparação, formulação de hipóteses e interpretação de diferentes registros deixados no decorrer do tempo.

A autora mostra, assim como outros anteriormente citados, que a metodologia deve ser minuciosamente pensada para que seja desenvolvida com qualidade e que contemple um aprendizado enriquecido e significativo, pois ao se perceber no processo dinâmico da história, o aluno compreende e passa a olhar sua localidade com outro alcance. (LIMA, 2009). Não apenas estudando e aprendendo fatos históricos longe de sua realidade, mas contribuindo para que se reconheça e valorize a história e memórias construídas em seu espaço local ao longo dos anos. Freitas, (2009, p 14) ao citar palavras dos professores de Sergipe, complementa ao dizer que: “O maior vício de um livro didático é o de não utilizar, respeitar, aproximar-se, atingir a realidade dos alunos.” Schmidt e Cainelli (2010, p.140) contribuem para o ensino de história ao nos alertar que é importante que o “aluno conheça e aprenda a valorizar o patrimônio histórico de sua localidade, de seu país e do mundo.” Para tanto, a participação ativa do professor como mediador do conhecimento é de suma importância para aproximar o aluno do livro didático conjuntamente junto conhecer e debater sobre o que trazem os livros a respeito de memória, identidade e patrimônio procurando identificar o aluno como agente histórico, e assim, construir um aprendizado consistente que prime pela formação histórica de forma crítica e emancipadora. Enfim, de acordo com minhas reflexões levantadas anteriormente sobre o porquê do livro didático ainda ser um grande aliado na construção do conhecimento, porém, não o único meio, Caimi e Machado (1999, p.109) elucidam que “um professor capacitado terá o livro didático como um simples instrumento de apoio didático-pedagógico, *um* dentre *tantos*.”

3.1 O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) E OS GUIAS DE LIVROS DIDÁTICOS

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado na década de 1980 a partir do Decreto nº 91. 542/1985 pela Fundação de Assistência ao Educando (FAE), tinha como objetivo a distribuição gratuita dos livros didáticos para atender uma demanda crescente de alunos em sala de aula. A implementação desse Programa, segundo Bittencourt (2004) é “o maior de livro didático do mundo.” Tal Programa é importante, pois, a partir dele, muitas mudanças vieram a ocorrer contribuindo assim, para a qualidade do livro que chega às nossas escolas.

De acordo com Caimi e Machado (1999, p. 40) passaram-se nove anos para que uma comissão de avaliação fosse composta. De acordo com as autoras, foram convocados professores universitários que analisaram “94% do total de livros” para as primeiras quatro séries do antigo 1º grau, hoje Ensino Fundamental. (CAIMI; MACHADO, 1999). Os livros analisados foram entregues aos estudantes de escolas públicas. Ainda de acordo com as autoras, três anos após a criação da comissão avaliativa, “266 livros didáticos que seriam comprados pelo MEC seriam de péssima qualidade e não recomendáveis para o consumo.” (CAIMI; MACHADO, 1999), o que levou à necessidade de elaboração de um guia que orientasse na escolha e aquisição dos livros.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passa a ser responsável pelo PNLD, que amplia a execução do Programa. De acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação em sua página na internet³: “o Ministério da Educação passa a adquirir, de forma continuada, livros didáticos de alfabetização, língua portuguesa, matemática, ciências, estudos sociais, história e geografia para todos os alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental público.”

Então, desde 1996, há no país uma comissão que coordena o processo de avaliação dos livros didáticos que serão adquiridos pelo governo federal para serem distribuídos nas escolas públicas de todo Brasil. Por meio dos guias dos livros didáticos, podemos conhecer um pouco de cada livro analisado pelo Programa a fim de, como professores, possamos escolher a coleção mais adequada à realidade da escola em que trabalhamos. Por meio dos guias, podemos localizar, nas resenhas, o que trazem os livros referentes ao eixo história

³ Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>> Acesso em: 15 abr. 2017.

local/regional, mais especificamente no que tange ao tema memória, patrimônio e identidade. O Guia do Livro didático: História do PNLD do ano de 2007 classifica de “livro didático regional aqueles que pretendem trabalhar com a História, delimitando um recorte espacial, podendo ser uma capital ou um estado do país. Normalmente, são destinados ao 4º ou 5º ano do Ensino Fundamental.” (BRASIL, 2006, p.21). O guia de 2013 acrescenta: “possibilitando o estudo da História local e do meio em que o aluno vive.” (BRASIL, 2012, p.20)

Vários são os critérios do edital de seleção, os quais são seguidos pelos avaliadores do PNLD para a aprovação ou não dos livros que autores, por meio de editoras que se submetem submeteram ao Programa para avaliação. Neste trabalho, vale identificar apenas os que são direcionados para o recorte escolhido: Memória, Patrimônio e Identidade.

No Guia do Livro didático: História de 2007, não foi encontrado nenhum critério específico para esta temática. O que se aproxima é o critério histórico seguinte: “Adequar a historicidade dos conceitos utilizados às categorias centrais do conhecimento (histórico) seguinte: tempo, espaço, sujeito histórico, cultura, natureza, sociedade, relações sociais, poder, trabalho, período, seqüência, transformação, passado/presente/futuro, simultaneidade e duração.” (BRASIL, 2012 p. 11). Este critério, no meu entendimento, não explicita de forma clara a importância para o desenvolvimento de um trabalho mais voltado para um ensino que preze pela construção de um processo histórico e que traga os conceitos de memórias e patrimônio como construtores do sentimento de pertença e de identidade. O Guia 2013, apesar dos avanços em busca de qualidade para a produção dos livros, considera que muito ainda tem a ser feito. No que se refere a temática aqui tratada, os avaliadores do PNLD apontam:

Será necessária, doravante, a mobilização dos diversos atores para um investimento mais rigoroso na elaboração de obras didáticas que consigam articular, em sentido mais pleno, a história vivida e a história que resulta da pesquisa histórica, na construção do conhecimento histórico, de modo que os alunos percebam que o processo histórico é fruto da ação humana em sua existência cotidiana, concebendo a História e a memória não apenas em suas relações, mas também em suas especificidades. (BRASIL, 2012, p.21)

Um destaque a ser feito e que se relaciona diretamente com a memória e a identidade é a presença, nos Guias, da Lei nº 11.645 de 2008⁴ que obrigam os currículos a contemplar e trabalhar com a temática de História e as Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas. É possível

⁴ Anterior a Lei nº 11.645/2008, há a Lei Municipal nº 4446/1996 que instituiu a inclusão do conteúdo “História Afro – Brasileira” nos currículos das escolas municipais de Florianópolis. Disponível em: < <http://leismunicipais.org.br/fla/leis/4446-1996> > Acesso em: 3 jul.2017

observar a inserção destes temas nos livros didáticos. Com base nos critérios de avaliação explicitados nos editais do PNL, bem como das orientações dos PCN, farei uma descrição no próximo item da Coleção “Interagindo com a História”, buscando identificar na Coleção o tema aqui evidenciado.

3.2 A COLEÇÃO DIDÁTICA “INTERAGINDO COM A HISTÓRIA”

A coleção didática “Interagindo Com a História”, é de autoria Lilian Sourient, Roseni Rudek e Rosiane de Camargo, editora do Brasil, 3ª edição, São Paulo, 2008. Essa Coleção está organizada em quatro volumes contemplando o 2º, 3º, 4º e 5º dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo o volume do 4º ano destinado ao ensino de História Regional. Em cada um deles está inserido o Manual do professor, dividido em duas partes que busca apresentar as concepções pedagógicas, bem como auxiliar aos professores a desenvolver o trabalho pedagógico.

Todos os livros estão divididos em unidades, e em cada unidade, contém capítulos que apresentam os temas a serem estudados. A coleção está organizada em seções identificadas por ícones que orientam o trabalho do professor, porém, nem todas as seções aparecem em todos os capítulos. São elas:

- a) Mãos à obra: Traz uma atividade que além de utilizar os conhecimentos adquiridos dos alunos, pode de ser usado também para trazer uma nova informação ou complementar o tema;
- b) Valorizando a memória: Apresenta atividades que envolvem os conceitos de permanência e mudanças permitindo a comparação entre os diferentes momentos histórica presentes em documentos históricos, telas, relatos, etc. Utiliza a história oral, por estimular muito a entrevista, depoimentos e relatos de pessoas mais velhas;
- c) Interagindo com jogos: Apresenta jogos que servem para levantamento e fixação dos conhecimentos adquiridos;
- d) Observando os detalhes: Estimulam a leitura de textos sobre o tema favorecendo a observação;
- e) Interagindo com os textos: São apresentados textos em diferentes linguagens para estimular a interpretação e posicionamento dos alunos;

- f) Desenvolvendo atitudes: Nesse ícone a intenção é chamar a atenção dos alunos para suas atitudes em seu cotidiano, bem como levá-los a refletir sobre estes para o bom convívio em comunidade;
- g) Fique por dentro: Trazem textos complementares para a ampliação do tema e para auxiliar a compreensão, bem como servir de base para outras atividades.

O primeiro volume que tem o número 2, respectivo ao 2º ano, contém 128 páginas em que estão distribuídas quatro unidades sendo elas: Unidade 1- Ser Criança; Unidade 2- Para Medir o Tempo; Unidade 3- Conviver, Ensinar e Aprender; Unidade 4- É tempo de brincar. Em cada unidade há uma média de 3 a 7 capítulos. O volume 3 contém 112 páginas, divididas em 3 unidades: Unidade 1- Viver e Conviver; Unidade 2- Convivendo e Construindo; Unidade 3- Construindo a Cidadania. Todas as 3 unidades contém 4 capítulos cada. O volume 4, exclusivo de História Regional, contém 136 páginas divididas em 3 unidades: Unidade 1- Nos Caminhos da História; Unidade 2- Povoar e Crescer; Unidade 3- Nosso Estado, Nossa Gente. No volume 5, encontramos 160 páginas, divididas em 3 unidades: Unidade 1- A cidadania em Construção; Unidade 2- Brasil: uma história em construção; Unidade 3- A República em construção. Todos os volumes serão analisados dentro do recorte por mim proposto, porém, como a história regional está exclusivamente no volume 4, é sobre este que irei me deter mais detalhadamente.

O volume 4, livro destinado à História Regional, no caso, o estado de Santa Catarina, está organizado por temas que relatam como se deu o desenvolvimento do estado e dos povos que contribuíram para a sua formação. De acordo com as autoras, a história regional deve interligar-se à história tanto local, como nacional e mundial. Hunt (p. 126 apud CAIMI, 1999, p.213) enriquece essa fala das autoras ao dizer que: “A história local, sempre é o resultado de uma interação reciprocamente determinante de forças locais e globais cuja lógica deve, primeiro ser compreendida em seus próprios termos.” É preciso articular os acontecimentos de um momento histórico para se entender as causas e consequências de determinados fatos que se entrecruzam nos caminhos da história. Não é possível estudar um fato esgotando ele mesmo de forma isolada, pois, na dinâmica da história, os fatos entrecruzam-se.

As autoras compreendem que a avaliação pode ter uma postura progressista e que deve fazer parte de forma “[...] atuante, integrante no processo da aprendizagem.” (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p.11). O volume, em questão, apresenta uma organização igual aos demais volumes. Inicia com o Manual do Professor e divide os capítulos da seguinte forma:

- a) Capítulo 1- Por que aprender História?;
- b) Capítulo 2- Uma proposta para ensinar e aprender História;
- c) Capítulo 3- Avaliação;
- d) Capítulo 4 – Conhecendo a obra;
- e) Capítulo 5 – Proposta de trabalho;
- f) Capítulo 6 – Referências bibliográficas.

Neste Manual, as autoras dialogam com os professores de forma a apresentar e instruir como utilizar a coleção. As autoras trazem vários textos de apoio e indicações de livros, filmes e de como trabalhar os conteúdos, além de incentivarem a pesquisa. No livro regional, as autoras justificam, no Manual do Professor, a seleção de conteúdos apontando que estes são “essenciais ao conhecimento e à aprendizagem da história do estado, permitindo um avanço contínuo na ampliação dos conteúdos, evitando-se assim uma fragmentação do conhecimento.” (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p. 20). A Avaliação, proposta pelas autoras, busca, num trabalho contínuo, a aprendizagem progressiva em que o aluno à medida que evolui nos estudos, reflete e se conscientiza podendo também ser avaliado suas “atitudes e habilidades adquiridas”, como se pode constatar no mesmo Manual. (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p. 11).

3.3 ABORDAGENS SOBRE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NA COLEÇÃO

Ao lermos o Manual do Professor, as autoras falam da importância do papel da escola e do professor para a construção da cidadania do aluno, respeito à diversidade e patrimônio cultural e étnico. No capítulo 2, as autoras aconselham os professores a trabalhar com os temas transversais presentes em sua realidade, principalmente no que diz respeito à pluralidade cultural que compõe o patrimônio sociocultural. Em seu capítulo 4 - Conhecendo a Obra, ainda, no Manual, as autoras destacam o trabalho com as diferentes linguagens; com documentos visuais e história oral, acreditando que, dessa forma, os alunos poderão ampliar seu conhecimento sobre memória e patrimônio ao interagir com imagens e relatos de outras épocas e, assim, possam identificar as mudanças e permanências. Em todos os manuais dos volumes 2, 3 e 5 e no volume 4 as autoras sugerem propostas de atividade que trazem como título: Valorizando a Memória que tem como objetivo a valorização da memória histórica. (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p. 18; 21)

Percebemos, na Coleção, que as autoras se preocupam em enriquecer a metodologia adotada pelos professores, visto que trazem muitos textos que contribuem para a ampliação do tema e, dependendo do interesse, poderá ir além do livro. A Coleção estimula o professor a ampliar sua formação e conhecimento, motivando-o a buscar elementos para além do que está proposto.

A Coleção apresenta-se de acordo com a Legislação, as normas oficiais e as diretrizes vigentes que regulamentam o Ensino Fundamental:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil-1988;
- b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-1996, incluindo as alterações e a introdução da Lei 10.639/03;
- c) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica;

A Coleção também segue os Parâmetros Curriculares Nacionais de História e Geografia de 1997, sendo este complementado pelas Propostas Curriculares do estado de Santa Catarina e do município de Florianópolis.

Numa análise geral, percebemos que o trabalho relacionado ao tema Memória e Patrimônio está bem apresentado e as atividades complementares bem elaboradas, como por exemplo, as que estão no ícone ‘Valorizando a Memória’, que estimula a conversa entre jovens e pessoas mais velhas por meio da entrevista, tão essencial para o exercício do lembrar. As narrativas nos trazem lembranças e nos colocam em outra temporalidade. O exercício da conversa, da narrativa é de suma importância para a preservação das memórias. Ao narrarmos para outrem estamos, não somente partilhando lembranças, mas também dando continuidade às histórias e memórias vivenciadas. Delgado (2006, p. 43) complementa ao dizer que: “As narrativas têm a potencialidade de fazer viajar o ouvinte através da viagem narrada.” Portanto, a Coleção se mostra suficiente em relação às atividades de entrevista e fontes orais ampliando as oportunidades para que o professor possa desenvolver um trabalho mais autônomo que permita a introdução e ampliação dos temas memória e patrimônio presentes em alguns conteúdos específicos destacados nos volumes, o que permite ir além do que está proposto nos volumes da Coleção.

No volume 2, Unidade 1, encontramos:

- Cap.5, p.31- As Crianças e os Documentos- Trabalho com documentos e memória que conta um pouco da história individual;
- Cap.7, p. 45- Histórias de Outros Tempos. Capítulo inteiro dedicado à memória. Trazem textos e imagens que remontam outros tempos, outras

culturas estimulando a observação e comparação das permanências e mudanças ocorridas.

p. 47- Valorizando a memória: Traz uma atividade de entrevista com pessoas com mais de 60 anos sobre como os adultos cuidavam dos bebês e das crianças maiores, quando estas eram crianças. Propõe que os alunos conversem com seus avós para saber suas histórias de quando eram crianças;

P.48- 49- Observando detalhes: Atividade de observação de fotos antigas que retratam crianças;

P. 49- Interagindo com jogos: Propõe que os alunos tragam fotos de quando eram bebês para que seus colegas descubram de quem é a foto.

Na Unidade 2:

Cap. 1, p. 60- Os Relógios na História: Mostra Imagens de instrumentos de épocas diferentes de marcação de tempo;

p. 61-62 Fique por dentro: mostra imagens de diferentes relógios e marcadores de tempo;

Cap. 3, p. 71- Valorizando a Memória: Traz uma atividade que propõe a confecção de um livro que conte a história do aluno desde seu nascimento.

Na Unidade 3:

Cap. 2, p. 77- traz o texto: *História meio ao contrário*, de Ana Maria Machado que conta a história da nossa vida, mas que, de certo modo, fora iniciada antes de nós por nossos antepassados;

p. 78- Mãos à obra: mostra imagens que se relacionam à memória e patrimônio

Cap. 3, p. 85-86. Traz fotografias de diferentes épocas para serem comparadas;

p. 87-88- Fique por dentro: Traz o texto: *Bogo- de Belluno ao Brasil*, de Moacir Luiz Bogo juntamente com uma fotografia que relata o costume das famílias. Estimula a pesquisa em casa de histórias engraçadas vividas pela família do aluno;

p. 90- Valorizando a memória: Traz uma atividade de pesquisa oral utilizando a entrevista, como recuperação do passado por meio de lembranças;

Cap.5, p. 95- Texto: *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, de Cora Coralina. Fala da escola nos tempos que a poetiza era menina;

p.96- Texto: *Retalhos de minha vida de infância*, de Cândido Portinari. Relata as lembranças de um professor. Mostra palavras que estão em desuso;

p.97- Valorizando a memória: Propõe uma atividade de entrevista com alguém com mais de 60 anos, buscando rememorar seu tempo de escola.

p, 98- 99 - Observando os detalhes: Apresenta duas imagens de escola e, em seguida, traz uma atividade de comparação de mudanças e permanências entre elas. (SOURIENTE; RUDEK; CAMARGO, 2008).

Na Unidade 4.

Cap. 1, p. 104- Observando os detalhes: Traz a tela *Brincadeiras infantis*, de Peter Bruegel, de 1560 para que os alunos possam identificar as brincadeiras daquela época e comparar com as atuais, observando se permanecem ou se mudaram.

Cap. 2, p.107, Observando os detalhes: Traz duas telas: *Ciranda-cirandinha*, de Barbara Rochlitz, e *Futebol*, de Candido Portinari que representam as brincadeiras em tempos diferentes.

p.110- Valorizando a memória: Propõe uma brincadeira de roda com cantiga antiga.

Cap.3, p. 113- Valorizando a memória: Traz um depoimento de um senhor de 70 anos lembrando como era a brincadeira no seu tempo de infância. Na atividade, propõe um resgate das brincadeiras de seus pais, quando crianças. No volume 3, unidade 1:

Cap.1, p. 8-9- Traz o texto: *A colcha de retalhos*, de Nye Ribeiro Silva, que trata da memória incentivando a busca pelas lembranças. Sua ilustração traz, como personagens, uma família negra;

Cap. 3, p. 20 – Texto: *A menina que fez a América*, de Ilka Brunil de Gallo Laurito, que fala sobre nossa história de vida que se, escrita pode durar por muito tempo. Traz também três fotografias, de uma mesma pessoa, em diferentes fases da vida;

p. 21 a 24- Mostra os diversos documentos históricos que contam e resgatam as histórias;

p. 25- Traz o texto: *Eu me lembro*, de Gerdan Brentani, que relata as lembranças do autor;

p. 27- Traz a tela: Na casa da vovó, de Juçara, que mostra a imagem de crianças brincando no quintal;

p. 28- Mostra uma fotografia antiga(1928) de imigrantes italianos em Caxias do Sul-RS;

p. 29- Mostra a imagem de uma máquina de costura. Propõe que o professor busque o texto sobre a invenção da máquina para que os alunos percebam que ela existe há muito tempo e que sofreu transformações;

p.29-30- Trata da fotografia como documento histórico e instrumento mnemônico.

Cap. 4, p.34-35 Traz o conceito de patrimônio em dois textos: *História em documentos e texto*, de Joelza Ester Rodrigues.

p. 36- Traz uma atividade relacionada aos textos anteriores que leva às crianças a identificarem o patrimônio histórico em suas casas, bem como no âmbito público.

p. 37- Valorizando a memória- Traz uma atividade de entrevista em que os alunos irão conversar com pessoas mais velhas pra ouvir memórias sobre a cidade em que vivem.

p. 37-38, O Diário de Aninha em que ela conta sobre um passeio pelo centro histórico de sua cidade e que ela aprendeu que se pode aprender história por meio de “objetos, roupas e construções;

p.39- Traz uma atividade de elaboração de um livro com a história da cidade. Propõe uma discussão sobre a importância de preservação do patrimônio histórico.

Na unidade 2

Cap. 1, p. 46-47 Traz fotografias de duas cidades em momentos históricos distintos para que os alunos observem e percebam as mudanças e permanências;

Cap. 5, p. 67, traz um texto de Francisco Pyrard, *Do Brasil e suas singularidades*, que relata a cidade de Salvador em 1611. Traz também uma gravura, em cobre, de 1671 que retrata a cidade, de Arnouldus Montanus;

p. 68, Traz uma imagem atual da cidade de Salvador para que os alunos possam comparar.

p. 69, Traz um texto que relata a memória de um morador do Brás, em São Paulo quando era criança. Texto: *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi;

p. 70-71, Traz um outro texto sobre São Paulo e uma fotografia de uma confeitaria da cidade em 1862, seguido de uma atividade que estimula a observação e a comparação com os dias atuais;

p. 72, Valorizando a memória: Propõe uma conversa com moradores antigos para que seja construído um texto sobre como era a cidade em outros momentos históricos;

Na unidade 3:

Cap. 3, p. 96 Fala da preservação do patrimônio como dever de todo cidadão, e que este dever se violado consta como crime no código penal, artigo 163. (SOURIENTE; RUDEK; CAMARGO, 2008).

No volume 4, específico de história regional, destaco que o Manual traz orientações para o trabalho específico com história regional que tem como proposta, segundo as autoras, “apresentar os conteúdos essenciais ao conhecimento e à aprendizagem da história do estado, permitindo um avanço contínuo da ampliação dos conteúdos históricos.” (SOURIENTE; RUDEK; CAMARGO, 2008, p. 20). Assim como nos volumes 2, 3,5, as autoras trazem textos complementares para auxiliar aos professores. Entre os textos, destaco que muito se refere aos negros, somente na condição de escravos, porém, tem um pequeno texto que fala da contribuição da cultura africana na culinária, no vestuário, nas técnicas da lavoura, mineração, artesanato e pecuária. No entanto, esse texto não se estende ao aluno que fica somente com a informação dessa população como sendo escrava.

Na unidade 1

Cap. 1, p.10 – Atividade de confecção da linha do tempo da vida de cada aluno. Pede-se que ele vá lembrando acontecimentos que marcaram sua vida; p.11-13, Apresenta textos que falam sobre povos que habitaram Santa Catarina antes da chegada dos portugueses;

p. 14 – Mostra um mapa com sítios arqueológicos em todo estado. Propõe que os alunos conheçam museus que contam um pouco sobre esses primórdios;

Cap. 6, p.42-43 – Fala um pouco da influência da cultura indígena como a alimentação, uso de rede, o hábito de ficar de cócoras, artesanato que permanece até os dias atuais;

p. 47- Desenvolvendo atitudes: leva o aluno a refletir sobre a importância da preservação e da diversidade cultural. Aqui, fala da contribuição indígena na formação do estado de Santa Catarina. (SOURIENTE; RUDEK; CAMARGO, 2008).

Unidade 2

Cap. 1, p. 52-53 e 53 – Traz três textos que falam respectivamente do início das cidades de São Francisco do Sul, de Florianópolis e de Laguna.

p. 55, Traz uma atividade que incentiva a pesquisa sobre a história do município dos alunos;

Cap. 2, p. 56- Traz duas imagens: Bilro e dança do pau- de- fita como contribuições açorianas para a cultura do estado;
 p. 61 – As autoras sugerem visita ao Museu Etnográfico Casa dos Açores, em Biguaçu;
 Cap. 5, p. 80- As autoras propõem conhecer Laguna e o Museu Anita Garibaldi.
 Cap. 6, p. 85- Valorizando a memória: Atividade de entrevista com mulheres com mais de 60 anos, sobre como se vivia, quais trabalhos eram ofertados e quais os direitos das mulheres antigamente.
 Cap. 7, p. 88- Valorizando a memória- Propõe uma atividade de busca às origens colonizadoras do estado, buscando fotos, documentos, relatos, entre outros que possam auxiliar na construção do conhecimento sobre suas origens. Mostra fotos de colonos italianos no final do século XIX;
 p. 89-90- Traz textos e imagens que contam um pouco da chegada dos imigrantes ;
 p.91- Mostra a imagem de um cartaz propagando a emigração e a vida no Brasil.
 p. 93-97- Traz textos que falam dos povos que vieram colonizar o estado de Santa Catarina. Ressalta a tradição e a cultura dos povos colonizadores, como patrimônio histórico;
 p. 99-101.- Mostra imagens de objetos e comidas típicas dos povos colonizadores. (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008).

Nessa unidade, denominada de Povoar e Crescer, senti falta de textos e imagens que representem a pesca da tainha, atividade cultural e tradicional do litoral do estado. Também não identifiquei nada relacionado à participação e influência negra para a formação da cultura catarinense, como as autoras expõem no Manual. (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p. 34-35). Talvez o aluno que seja de origem afro-brasileira, não se reconheça como parte integrante dessa formação por não se ver representado como cidadão na história de seu estado, visto que a história de sua gente, de seus antepassados, fica atrelada ao tempo de escravidão sem levar em conta que outros ofícios e atividades eram desenvolvidos pelos afro-descendentes como mostram os estudos atuais.

Refletindo mais sobre a Coleção percebo que faltam textos sobre como vive hoje a população afro-descendente em Santa Catarina e quais suas contribuições para o desenvolvimento do estado, haja vista que as autoras da Coleção apresentam a comunidade indígena nos dias atuais, como podemos constatar no volume 4. (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p. 38-47). Trazendo essa discussão para a sala de aula, é possível problematizar junto com o aluno a história produzida sobre os afro-descendentes à luz do presente, orientando-os a constatarem e entenderem as mudanças e permanências ocorridas ao longo do tempo. Dessa forma, todos se sentirão representados e reconhecidos pela História. De acordo com os avaliadores do PNL D:

O aluno é entendido como sujeito histórico. Com isso, efetiva-se a importância do cotidiano do homem comum na construção da História, estabelecendo-se, assim, as relações entre o passado e o presente. Tanto nos textos, como nas atividades, parte-se de problemas que são apresentados como elementos motivadores para o aluno, que ao refletir sobre sua realidade se apropria dos conteúdos atitudinais. (BRASIL, 2012, p. 313).

Unidade 3

Cap.1, p. 105- Traz uma tela; Proclamação da República, de Benedito Calixto em 1893;
 p. 109 – Traz a imagem da ocupação de Desterro, em 1893;
 Cap. 3, p. 118-121- Traz textos e imagens que contam sobre a definição das fronteiras;
 p. 122- Conhecendo Santa Catarina- As autoras sugerem uma visita ao Museu Histórico e Antropológico do Contestado, em Caçador. Além da visita à cidade de Irani.
 Cap.4, p. 123- Traz imagens que representam a cultura catarinense;
 p. 124- Traz um texto que fala sobre as manifestações culturais, em seguida, tem uma atividade que leva o aluno a refletir sobre a preservação dessa manifestações. Propõe também que se faça uma pesquisa sobre as manifestações locais, como forma de conhecer e preservar a memória histórica;
 p. 125-127- Traz textos, imagens e atividades que retratam das manifestações e heranças culturais do estado;
 p. 128- Valorizando a memória- Propõe uma atividade de entrevista com alguém com mais de 50 anos sobre as manifestações culturais que conheceu ou vivenciou;
 p. 129- Propõe uma atividade de pesquisa sobre a cultura catarinense. (SOURIENTE; RUDEK; CAMARGO, 2008).

Volume 5

Unidade 1

Cap. 2, p 23- Traz um texto: *As doze faces do preconceito*, de Luiza Nagib Eluf sobre os direitos das mulheres. O que mudou e o que permanece. Mostra uma imagem de uma propaganda antiga de eletrodoméstico;
 p. 29- Mãos à obra: Propõe uma reflexão sobre a cultura e a preservação desta para se conhecer os diferentes povos.

Unidade 2

Cap. 1, p. 48-49. Traz o texto: *Mano descobre a liberdade*, de Heloisa Pietro e Gilberto Dimesnstein. No texto fala-se da importância da história individual e coletiva, dos registros e da memória para a preservação da história;
 p.49-50- Valorizando a memória: Propõe uma atividade para buscar por meio da conversa com alguém de seu convívio, conhecer sobre sua história a partir de suas lembranças;
 p. 50-51- Traz o texto: *Independência ou morte: a emancipação política do Brasil*, de Ilmar Rohloff de Mattos e Luís A. S. Albuquerque;
 Cap. 3, p. 57- Traz uma atividade de pesquisa sobre a cultura dos indígenas;

Cap.4, p.65-66- Mostra imagens que retratam os engenhos de cana-de-açúcar no Brasil colônia;
 p. 67-68- Traz textos que relatam como era a organização social no tempo dos engenhos;
 Cap. 6, p.95-96- Diário de Aninha: Em seu diário, Aninha conta sobre sua aula e que aprendeu alguns costumes da época do Brasil Império. Ao final, segue uma atividade que o aluno deve identificar quais os costumes permanecem e quais não existem mais;
 p.97- 98- Desenvolvendo atitudes: Fala da importância de visitar museus, por ser um lugar em que muito do passado encontra-se preservado. Traz uma atividade que faz pensar sobre a preservação do patrimônio histórico; Traz duas fotos de épocas diferentes para que se faça uma comparação com os dias atuais;
 p. 101- Mãos à obra: Atividade em que o aluno a partir dos textos do capítulo, tem de imaginar-se vivendo no período colonial e produzir um texto.
 Cap. 7, p. 106-107- Observando detalhes: Traz duas imagens da colheita de café: *Colheita de café*, 1835, de Johann Moritz Rugendas que retrata escravos trabalhando na colheita; e uma foto de 1902 retratando imigrantes italianos na colheita de café em São Paulo. A partir das imagens, os alunos podem comparar os trabalhadores de cada imagem. (SOURIENTE; RUDEK; CAMARGO, 2008).

Unidade 3

Cap. 1, p. 1130-Traz fotos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek e a imagem de um jornal de 1954;
 P. 137- Fique por dentro: Mostra uma capa de revista feminina de 1946; Depois traz uma atividade para que se compare as publicações antigas com as atuais;
 P. 138- Valorizando a memória: Atividade de entrevista com mulheres com mais de 60 anos pra saber como era a vida da mulher antigamente.
 Cap. 3, p.141- Valorizando a memória: Atividade de entrevista com pessoas de mais de 60 anos para saber como foi o período militar;
 Cap. 4, p. 150- Valorizando a memória- Atividade de entrevista com pessoas com mais de 30 anos sobre as manifestações pelas eleições diretas. (SOURIENTE; RUDEK; CAMARGO, 2008).

Nesta Coleção podemos perceber a preocupação das autoras em seguir a orientação dos PCN para o primeiro ciclo, haja vista, as atividades propostas partem de fontes orais e icnográficas, pois de acordo com os parâmetros nacionais nessa etapa da escolarização o eixo é a história local. (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p. 52). Pretende-se que os alunos identifiquem estudando o passado de sua localidade, as diferenças e semelhanças nas organizações familiares e educacionais. Elas abordam o tema memória e patrimônio utilizando muitas atividades com história oral, buscando a reavivação da memória de seus conhecidos e parentes.

A Coleção também busca contemplar o conhecimento prévio do aluno, pois introduz o estudo, a partir da história de seu cotidiano, de sua própria historicidade, como podemos constatar no volume 2. Otto (2012, p. 103) confirma a importância desse conhecimento do aluno para o aprendizado em História, pois, segundo a autora: “Com esse entendimento, objetiva formar o pensamento crítico e desnaturalizar versões da história tomadas como verdades.” A autora ainda acrescenta: “Trazer a vida e suas histórias como mote do ensino de história favorece o desenvolvimento de sentimentos de pertencimento com o mundo em que os estudantes vivem.” (OTTO, 2012, p.103).

As autoras da Coleção são coerentes com as orientações pelos PCN, como também por pesquisadores como Grunberg, Otto, Bittencourt, entre tantos citados neste trabalho que defendem a participação ativa do aluno para que este se veja parte da história estudada. É possível ver o esforço para respeitar os parâmetros, bem como atingir o objetivo proposto. Sem o qual, a Coleção seria reprovada. Assim a Coleção busca contemplar os documentos históricos que os alunos tem em casa, como apresentam outros documentos importantes para a história de nosso país, sem deixar de interligar com outros momentos históricos em outros locais, como podemos constatar no volume 3. Nesse volume há um enfoque maior sobre o tema patrimônio histórico. Segundo Schmidt e Cainelli (2010, p. 140), atualmente, um dos objetivos do ensino de História é “contribuir para que o aluno aprenda a valorizar o patrimônio histórico de sua localidade, de seu país e do mundo.”

Nesse volume, podemos destacar que a Coleção contempla um dos critérios de avaliação do PNLD exposto em seu Guia, “desperta os alunos para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, na construção da cidadania.” (BRASIL, 2012, p. 13). Esses conceitos também estão apresentados na Proposta Curricular do Município de Florianópolis, (2008, p. 191):

CONCEITOS E OBJETIVOS - Anos Iniciais (1º ao 5º ano)	
Temporalidades: anterioridade, duração, sucessão, simultaneidade, mudanças e permanências -	Registrar formas de organizar o tempo em diferentes culturas. - Comparar contextos históricos em diferentes tempos e espaços. - Construir referências temporais próximas e distantes. - Desenvolver noções de mudanças/permanências, semelhanças/diferenças. - Identificar e saber utilizar medidas de tempo.
Sujeito	- Compreender-se como sujeito histórico. - Identificar a história de vida de um indivíduo, compreendendo sua relação com a história de um grupo social. - Relacionar a sua história com a de outras pessoas próximas, de outros lugares e

	outras épocas. - Observar a diversidade de sujeitos e organização de grupos familiares
Espaço	- Observar, no local onde mora, evidências históricas do presente e do passado. - Comparar diferentes formas de representação do espaço. - Estabelecer relações entre a história local e a nacional a partir do estudo patrimonial. - Compreender que a organização espacial está relacionada com a história dos seus habitantes, no presente e no passado do lugar. - Identificar a divisão dos espaços urbanos em espaços públicos e privados, analisando elementos que representam cada um deles. - Identificar situações no lugar onde mora, estabelecendo relações de permanência e mudança entre o presente e o passado
Cidadania	- Relacionar, de forma comparativa, os significados de cidadão em diferentes sociedades do passado e do presente. - Entender os significados - individual e coletivo - dos conceitos de cidadão; - Relacionar os conceitos contemporâneos de cidadão. - Analisar acontecimentos relacionados aos direitos humanos na sociedade contemporânea. - Localizar no tempo e no espaço, alguns acontecimentos históricos que contribuíram para a conquista dos direitos humanos. - Formular uma noção de cidadania.

Fonte: Florianópolis (2008, p. 191).

No volume 3, bem como no volume 4, as autoras estimulam a prática do lembrar de acontecimentos importantes na vida dos alunos, bem como a memória e sua escrita, valorizam fotos e objetos antigos que os alunos têm em suas casas e a preservação do patrimônio como dever de cidadão, estimulando atitudes de cidadania.

No Volume 4, as autoras buscam contemplar a historicidade do aluno, o conhecimento da história do estado, apresentar as manifestações culturais e as diversas etnias que ajudaram na formação do povo catarinense, sugere visita a museus e cidades históricas, enfim, as autoras buscam seguir as orientações oficiais para trabalhar a história regional da melhor maneira possível. De acordo com Schmidt e Cainelli (2010, p.139):

O estudo da localidade ou da história regional contribui para a compreensão múltipla da História, pelo menos em dois sentidos: na possibilidade de se ver mais de um eixo histórico na história local e na possibilidade de micro-histórias, pertencentes a alguma outra história que as englobe e, ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades.

Folheando o volume 4 podemos ir adentrando nos conteúdos da história do estado de Santa Catarina, porém muito deixa a desejar sobre histórias das pessoas comuns, pois o que podemos ver é a ênfase à uma formação colonizadora de origem européia. Conforme já referi sobre os afro-brasileiros, a ênfase recai sobre a escravização. Por exemplo, no Capítulo 3, Trabalhadores Escravizados. O Capítulo já inicia com a pergunta: Quem eram os trabalhadores escravizados? O que é escravidão? (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p.62). Segue falando da presença do africano escravizado em terras catarinenses: “A presença de africanos escravizados nas terras que hoje formam o estado de Santa Catarina ocorreu em menor escala, se comparada a algumas regiões do Brasil, pois, nesta região, a lavoura estava voltada basicamente ao mercado interno.” (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p, 65). Todo o capítulo é dedicado ao tema escravidão.

O que muito é apresentado na história regional nesta Coleção baseia-se na vinda dos imigrantes europeus que encontraram uma terra quase vazia para colonizar. É considerada a presença do indígena, porém, a Coleção também apresenta a vinda dos paulistas e de seus acompanhantes, inclusive negros escravizados para povoarem os três municípios mais antigos do estado, como podemos constatar no volume 4. (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p. 52-55). O que comprova que há uma diversidade cultural desde o povoamento dos municípios catarinenses e não somente a presença de imigrantes europeus. E como vimos no capítulo 2 deste trabalho, a identidade é formada a partir das interações, das diferenças e comparações. Somos seres individuais e únicos, porém somos também coletivos, pois nos formamos e nos renovamos à medida que nos relacionamos com o outro, com o diferente. Infelizmente a Coleção analisada não destina o mesmo espaço para as diversas culturas que formaram o estado, ressaltando o povoamento dos imigrantes europeus como principal na história dos catarinenses.

É possível encontrar a participação do indígena na formação e nas manifestações culturais, como podemos ver no capítulo 6, intitulado: Onde estão os Indígenas? Bem como nos volume 3, unidade 2, capítulo 4 e no volume 5 na unidade 2. (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p. 38). Porém, nada de tão expressivo da cultura africana é possível de se localizar, sendo mais enfatizado seu trabalho como escravizado. Também o Guia do PNLD, aponta que muitas coleções mantiveram a história do afro-brasileiro e sua cultura ligada ao período da escravatura, ou seja, mantendo a “compreensão do modelo senhores-escravos

ignorando as outras formas de organização e produção que constituem a complexidade das relações da época.” (BRASIL, 2012, p. 26).

Diante de tanta informação e conhecimento sobre a cultura afro-brasileira relacionada a formação de nosso país e também do estado de Santa Catarina, é lamentável ver que, no volume destinado à história regional, essa contribuição cultural não esteja representada nas comidas, na religião, nas danças e manifestações culturais tão presentes em nosso estado, sendo simbolizado pelas contribuições européias e japonesa como podemos verificar nas páginas 99-101. Esse tema mais voltado para a diversidade cultural e a importância de preservação desta é possível encontrar no volume 5, Capítulo 1, que leva à reflexão sobre as diversas culturas.(SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008, p.29). Na Lei 11645/2008 este estudo se faz obrigatório em toda sua riqueza de conhecimento, porém, o que mais se destaca é a participação do negro como escravo distanciando do conjunto de outras tantas contribuições na formação e na cultura do estado.

3.3.1 Primeira configuração do patrimônio (1937-1968): os monumentos de pedra e cal

Por fim, ainda, procurando evidenciar como a Coleção apresenta o patrimônio histórico às crianças, fui buscar no texto de Delgado (2008) como o Patrimônio foi se configurando ao longo de sua trajetória seguindo o pensamento e as políticas de cada período na História. Tomo por base Delgado (2008), que apresenta quatro configurações referentes ao patrimônio brasileiro. Busco identificar se a Coleção apresenta conteúdos que podem ser identificados como estando situados em uma e outra configuração sobre o que se define por patrimônio.

Na primeira configuração de acordo com Delgado (2008, p. 99-104), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (SPHAN), dirigido por Rodrigo Melo de Andrade até 1960, e de acordo com a Constituição de 1934 em seu artigo 148, conseguiu reunir e institucionalizar práticas culturais como patrimônios culturais a serem preservados. Nessa primeira configuração, tais patrimônios estariam em favor das memórias de valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico voltados a evidenciar uma memória mais elitizada em que a história nos parece heróica e presa num passado distante que testemunha a história e o poder da elite brasileira presentes na religião, nos grandes monumentos e obras arquitetônicas. Dessa forma, ficou de fora tudo o que não fosse católico, relacionado às diferentes etnias ou bairros operários. Enfim, patrimônios consagrados para legitimar uma

elite, deixando de fora o restante da população brasileira e toda sua diversidade cultural. Na Coleção podemos constatar indicativos que se aproximam desta primeira configuração:

VOLUME 2:

p. 61- Foto da Igreja de Santo Antônio, em Tiradentes-MG..”(SOURIENTE RUDEK; CAMARGO, 2008)

VOLUME 3:

p. 39- Imagem de um busto para ilustra a importância da preservação dos bens culturais;

p. 42- Foto do Cristo Redentor-RJ (também pode ser configuração 2);⁵

p. 46-47- Fotos antigas e atuais dos Centros Históricos de Manaus e de Curitiba; (também pode ser configuração 2);

p. 68- Foto do Pelourinho, em Salvador-BA (também pode ser configuração 2);

p. 96- Foto do Museu Paulista (também pode ser configuração 2).(SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008)

VOLUME 4

Capa: foto da Ponte Hercílio Luz, foto de Igreja e de Monumento aos imigrantes; (também pode ser configuração 2);

p. 50-51- Foto do Palácio Marcos Konder em Itajaí-SC e da fachada de Casarões estilo enxaimel, em Blumenau-SC (também pode ser configuração 2);

p.54- Foto da Igreja de Santo Antônio dos Anjos em Laguna-SC (também pode ser configuração 2);

p. 58- Foto do Forte de São José da Ponta Grossa em Florianópolis-SC (também pode ser configuração 2);

p. 61- Imagem do Museu Etnográfico dos Açores em Biguaçu- SC (também pode ser configuração 2);

p. 65- Imagem da Capela de São João Batista em Penha-SC (também pode ser configuração 2);

p. 80 – Traz duas fotos que representam a cidade de Laguna-SC: Monumento Anita Garibaldi e Museu Anita Garibaldi (também pode ser configuração 2);

p. 110- Foto da Fortaleza de Anhatomirim (também pode ser configuração 2);

p. 122- Foto do Monumento Simbólico do Contestado, em Irani-SC (também pode ser configuração 2). (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008)

VOLUME 5

⁵ Na segunda configuração, o IPHAN, traça um plano diretor para organizar o espaço urbano devido ao crescimento do país, mas também delimitar o os centros históricos e restaurar imóveis para serem destinados ao turismo. O patrimônio passa a ter significado a partir da relação passado/ futuro.

- p. 30- Foto do prédio do Congresso Nacional, em Brasília-DF (também pode ser configuração 2);
- p. 63- Foto da Catedral Metropolitana de Brasília (também pode ser configuração 2);
- p. 76- Foto do Monumento Profetas De aleijadinho, em Congonhas-MG e foto da Pintura sobre madeira na Igreja de Santo Antônio, em Itaverava-MG (também pode ser configuração 2);
- p. 94- Foto do Monumento Estátua da Justiça na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF (também pode ser configuração 2).(SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008)

3.3.2 Segunda Configuração (1969-1979): os conjuntos urbanos e o turismo

Nesta segunda configuração, Delgado (2008) apresenta como a questão do Patrimônio começa a sair da característica de focar o passado e bens isolados e ir em busca também do futuro das áreas urbanas, visto que, nessa configuração, agora os bens tombados voltam-se também para a prática do turismo cultural que valoriza os centros históricos, as festas e bens culturais das comunidades que possam impulsionar o turismo cultural.

Todos os elementos identificados na Coleção e já citados anteriormente, acrescentando:

VOLUME 3:

- p. 36- Foto do Centro Histórico da cidade de Porto Seguro- BA;
- p.38- Foto do Centro Histórico da cidade de Tiradentes-MG);
- p. 46-47- Fotos antigas e atuais dos Centros Históricos de Manaus e de Curitiba; (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008).

VOLUME 4

- p. 8- Foto do Mercado Público Municipal de Florianópolis;
- p. 52- Imagem do Centro Histórico de São Francisco do Sul-SC ;
- p. 97- Imagem de uma casa estilo enxaimel;
- p. 123- Traz fotos de tradições de Santa Catarina;
- p. 126- Foto do Desfile da Oktober Fest, em Blumenau-SC;
- 127- Telas que representam as manifestações culturais de Santa Catarina.(SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008).

3.3.3 Terceira Configuração (1979-2002): os bens culturais

Em 1979, Aloísio Magalhães assume a direção do IPHAN levantando muitas críticas às configurações anteriores que priorizavam as construções “de pedra e cal”, bem como os bens de criação individual espontânea. Magalhães acreditava na “formulação mais envolvente de bem cultural” (BRASIL; SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO E

NACIONAL, 1980, p.52 apud DELGADO, 2008, p. 108). Esta nova direção, criou, segundo Delgado (2008, p. 109) uma terceira configuração de patrimônio que passa a valorizar a diversidade cultural brasileira e os bens preservados e produzidos pela comunidade, de acordo com Delgado (2008). Assim sendo, situo os seguintes conteúdos nesta terceira configuração;

VOLUME 2

- p.61- Imagem de uma ampuheta;
- p.68- Texto e imagem de um calendário da tribo Pataxó de Minas Gerais;
- p. 106 - Brincadeiras antigas;
- p. 109 – Texto sobre as brincadeiras do povo waimiri-atroari.(SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008).

VOLUME 3

- p. 101- Foto de indígenas caçando e preparando a massa de mandioca em Mato Grosso.(SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008).

VOLUME 4

- p. 26- Texto sobre as ervas medicinais usadas pelos indígenas;
- p. 28- Texto sobre como as tribos Xoklengs e Kaigangs em que relata seus cotidianos e seus costumes (também pode ser configuração 4);
- p. 35- Foto de uma pinha aberta e debulhada;
- p.40- Foto de artesanato da tribo indígena Guarani;
- p. 42-43- Fotos que mostram a cultura indígena presente na atualidade: mate, rede e artesanato;
- p. 68-69- Texto que fala dos quilombos e cita Quilombo dos Palmares em Alagoas;
- p. 99-101- Imagens das contribuições culturais dos imigrantes que formaram o estado de Santa Catarina: Casa estilo enxaimel, origami, comidas típicas e artesanato;

Volume 5

- p.28- Foto de indígenas Yanomanis produzindo bebidas em Roraima;
- p.104- Foto da colheita do café.(SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008).

3.3.4 Quarta Configuração (desde 2003): o patrimônio imaterial ou intangível

A mais recente configuração, que segue o Decreto 3.551/2000, amplia a memória e o patrimônio ao abranger a valorização e a preservação dos bens culturais imateriais ou intangíveis tais como: expressões culturais, saberes, celebrações formas de expressão e lugares onde as práticas culturais possam ser reproduzidas coletivamente. (BRASIL, 2000).

São conteúdos que indicam estar situados nesta quarta configuração:

VOLUME 2

- p. 42-44- Depoimento de duas crianças relatando seu cotidiano;
- p. 58- Lenda indígena;
- p. 79- Traz um texto que relata como os indígenas transmitem suas histórias aos mais novos;

- p. 110- Cantigas de roda.
- VOLUME 3
- p. 64-65- Texto que relata um pouco da cultura indígena e como se organizam as aldeias.(SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008).
- VOLUME 4
- p. 11-Inscrições rupestres;
 p. 38-Foto de dança Xavante no Mato Grosso;
 p. 39-40- Foto de indígena sendo pintado em Roraima e outra foto do de dança do grupo Guarani em Ubatuba-SP;
 p. 45- Foto de mãe e filho indígenas sendo pintados;
 p. 47- Imagem e texto que retratam os indígenas e seus costumes;
 p. 56- imagens da dança do pau-de-fita e da renda de bilro;
 p. 94- Foto de colono japonês no cultivo da beterraba;
 p. 123- Fotos da cultura catarinense: Renda de bilro, Festa do Divino, boi-de mamão, Marreco com repolho(presente também na segunda configuração). (SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008).
- VOLUME 5
- p. 49- Foto de um homem mais velho(avô) conversando com uma criança (neta);
 p. 56- Foto de indígenas Yanomanis preparando a mandioca em Roraima;
 p. 57- Foto de indígenas Kalapalo no ritual Karup, Xingú, MT.(SOURIENT; RUDEK; CAMARGO, 2008).

Ao concluir este trabalho, ressalto que, na coleção didática de História aqui analisada, são apresentados aspectos relativos ao patrimônio histórico e cultural, os quais se situam nas diferentes concepções, ou seja, segundo a divisão elencada por Delgado (2008).

Dessa forma, se a constituição do campo do patrimônio no Brasil decorre de estratégias e políticas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, também as coleções didáticas resultam de processos e políticas educacionais de órgãos governamentais, neste caso, o Programa Nacional do Livro Didático.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após várias leituras e terminada a análise da Coleção didática, compreendi conceitos e pude verificar a importância do lembrar e da Educação Patrimonial para a formação, conscientização e para a recriação da nossa história. Iniciei meu trabalho ressaltando a responsabilidade dos adultos em apresentar o mundo aos pequenos, bem como da importância dos primeiros anos de escolarização para o desenvolvimento humano de acordo com Arendt e Otto. Pensando nesse público jovem e ainda engatinhando no caminho dos conhecimentos científicos e sistematizados considero que, trabalhar conceitos como memória, patrimônio e identidade, deve fazer parte do ensino da História, haja vista que a memória é objeto da história como nos elucidam Le Goff. Contudo, vimos que nem todas as memórias e patrimônios são contemplados nos volumes didáticos. Trabalhar a história a partir da própria história do aluno, como afirma Bergamaschi, o faz perceber como sujeito histórico e ter consciência de sua historicidade.

Nessa apresentação do mundo e dos conhecimentos é preciso considerar a diversidade cultural que compõe a história da humanidade, bem como relacionar os fatos e acontecimentos abrangendo a compreensão do mundo. Com base nesse aprendizado, parti para a análise da Coleção “Interagindo com a História” para buscar analisar como os temas memória, patrimônio e identidade estão sendo apresentados nos livros destinados aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nessa prática de analisar pude constatar que a Coleção busca contemplar a legislação e as orientações pedagógicas e curriculares. Traz variadas imagens, ilustrações e textos que contribuem para ampliação do ensino e aprendizado. Ressalto a seção Valorizando a Memória, por estimular e incentivar a busca da memória como narrativa.

No entanto, em alguns pontos, a Coleção chamou muito a atenção pelo fato de valorizar e enfatizar a participação e história dos povos indígenas, deixando a desejar, por exemplo, em relação aos afro-descendentes, que pouco aparecem como povos contribuidores para a formação da identidade brasileira, e principalmente, para a identidade catarinense. O Guia do Programa Nacional do Livro Didático (BRASIL, 2012, p. 332), também relata essa falta na Coleção quando diz: “Aborda a experiência africana, afro-brasileira e indígena. Porém, explora de maneira bastante desigual a contribuição de afro-brasileiros e indígenas na formação cultural catarinense.”

Refletindo a respeito, penso que esse enfoque na história indígena se dê pelo fato dos critérios de avaliação para aprovação da obra, porém, ressalto que muito do que fora

apresentado sobre os indígenas e quanto aos africanos, e afro-brasileiros, ficou restrito e preso ao período escravagista. O Guia do PNL, também ressalta esse fato:

No que se refere à cultura africana, o livro limita-se às discussões da formação da sociedade brasileira no período da escravidão, às contribuições na cultura e às questões relacionadas com as comunidades quilombolas. Em relação ao indígena, são trabalhadas as temáticas da colonização, da diversidade étnica e da contribuição na cultura. (BRASIL, 2012, p.331).

Praticamente nada se encontra a respeito de como vivem atualmente os afro-descendentes no estado de Santa Catarina que possa vir a ser problematizado em sala de aula, como já relatei no capítulo anterior. O que, pra mim, sobrecarrega o professor que deve ir em busca e trazer a situação presente para relacioná-la com o passado e assim valorizar essa cultura tão presente e importante em nossas vidas e na nossa história.

Outro ponto que destaco é de que a Coleção analisada também ficou em falta no sentido de situar mais diretamente os elementos da história local/regional propriamente dita. Por exemplo, há situações em que fotografias são de outros estados e não de Santa Catarina.

Considero também que a Coleção poderia ter dado ênfase à memória como foco, como fonte histórica, pois, o trabalho das autoras da Coleção está centrado na história factual, no passado distante e cristalizado pela escrita oficial, deixando de lado a vida cotidiana e dinâmica na construção da história. A Coleção deixou a desejar na proposição de conteúdos e habilidades mais relacionadas à dimensão da memória que permite que o professor trabalhe de modo a mostrar a seus alunos, História não apenas como disciplina, mas também como uma construção que ocorre, diariamente, com a participação de cada um de seus alunos, de suas famílias, de seus vizinhos. Dessa forma, trazendo a memória como fonte histórica, é possível mostrar que todos nós somos agentes nessa construção e, assim, proporcionar ao aluno a oportunidade de se ver representado historicamente.

Por fim, ao analisar a Coleção a luz do texto de Andrea Delgado, (2008), sobre as configurações do patrimônio no Brasil, constato que as autoras ainda trazem mais fortemente, a primeira configuração “pedra e cal”, como principal forma de tratar sobre o patrimônio. Apesar de outros textos e imagens representarem bens culturais materiais e imateriais ainda, em sua maioria, os monumentos, igrejas, prédios suntuosos são os patrimônios culturais mais destacados evidenciando, assim, a história factual e restrita que tem como objetivo mostrar o que deve ser valorizado e preservado.

Poderia haver mais ênfase aos bens da quarta e atual configuração ainda tão menosprezada por tantos e ignorada por muitos. Que beleza seria reconhecer uma conversa de janela, o movimento dos pescadores para vigiar e pescar a tainha, um dialeto regional, uma receita da vovó ou mesmo a memória de tempos remotos ainda vivo nas lembranças dos mais velhos. Assim, poderia ter mais atividades que valorizassem os bens patrimoniais que vão além de uma arquitetura engessada e estanque. A Coleção, apesar de estimular a formação autônoma do aluno, bem como também estimula a formação continuada, poderia levar para enriquecer ainda mais a educação patrimonial na sala de aula aquele bem mais vivo que habita nossos lares, comunidades e lembranças. Dessa forma, sua contribuição para a Educação Patrimonial seria enriquecedora na formação de seu público-alvo, mas, principalmente, para a construção de um pensamento voltado para a valorização de todos os bens culturais que habitam nosso presente, mas, que aqui, está em decorrência de processos do passado. Bens que abrigam e representam a nossa história humana, tão diversa e tão plural. Dessa forma, a Coleção poderia proporcionar ao professor utilizar o livro didático como mais uma ferramenta de aprendizagem.

Seria interessante desenvolver um estudo em que se pudesse verificar quais os usos que os professores fazem dessa Coleção, como utilizam, como se apropriam de cada volume na respectiva turma. Contudo, devido ao prazo para conclusão do Trabalho de Conclusão, não foi possível delongar meu estudo e optei por concluir o trabalho dentro do prazo estipulado ficando essa pesquisa para outro estágio acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em foco: história, produção e memória do livro didático. **Educação e Pesquisa** (USP), São Paulo, v. 30, n.3, p. 471-473, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022004000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 abr. 2017.
- BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (Org.) **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 69-90.
- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.
Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp> Acesso em: 20 mar. 2017.
- BRASIL. **Guia PNLD 2007 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. Brasília. 2006.
Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/2346-guia-pnld-2007-%E2%80%93-anos-iniciais-do-ensino-fundamental>> Acesso em : 10 abr.2017.
- BRASIL. **Guia PNLD 2013 – Ensino Fundamental**. Brasília. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/2346-guia-pnld-2007-%E2%80%93-anos-iniciais-do-ensino-fundamental>> Acesso em: 10 abr.2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2017.
- BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 05 maio 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais; história e geografia**. 1. ed. Brasília: MEC/ SEF, 1997.
- CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos et al (Org.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- CAIMI, Flávia Eloísa; MACHADO, Ironita A. P. **O livro didático e o Currículo de história em transição**. In: DIEHL, Astor Antônio (Org). Passo Fundo: Ediupf, 1999.
- CAINELLI, Marlene. O que se ensina e o que se aprende em História. In: BRASIL. Ministério da Educação. **História: ensino fundamental**. Brasília, DF: MEC, 2010. p. 17-34 (Coleção Explorando o Ensino; v. 21).

DELGADO, Andréa Ferreira. Configurações do Campo do Patrimônio no Brasil. In: BARRETO, Euder Arrais et.al. (Org.) **Patrimônio Cultural e Educação**: artigos e resultados, Goiânia, 2008. p. 97-115

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **História Oral**: memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. 2. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Educação Fundamental. **Proposta Curricular**. Florianópolis, 2008. Disponível em:

<http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_05_2010_9.36.10.73db268a4469cb1a09e1ccaac387dcfa.pdf> Acesso em: 28 abr. 2017.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de. Lei 4446/1994. Disponível em : < <http://leismunicipa.is/ahdfq>> Acesso em: 03 jul.2017.

FREITAS, Itamar Freitas de. Livro didático de história: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. OLIVEIRA, Félix de.(Org). **Livros Didáticos de História**: escolhas e utilizações. Natal: EDDFURN, 2009. p. 11-17.

GRUNBERG, Evelina. Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais. **Cadernos do CEOM**, ano 14, n. 12, p. 159-180, jun. 2000.

HORTA, Maria de Lourdes; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.

Superintendência do Iphan na Paraíba. **Educação patrimonial**: educação, memórias e identidades. João Pessoa : Iphan, 2014.

KOLL, Marta de Oliveira. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2010. Disponível em: http://www.birigui.sp.gov.br/educacao/site/admin/arquivos/texto_marta_koll.pdf Acesso em: 29 mar. 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LIMA, Marta Margarida de Andrade. História Local nos Livros Didáticos de História Para os Anos Iniciais. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. OLIVEIRA, Félix de. (Org). **Livros Didáticos de História**: escolhas e utilizações. Natal: EDDFURN, 2009. p.33-43.

NORA, Pierre. Entre memória e história- a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 13 mar. 2017.

OLIVEIRA, Félix de; CARDOSO, Ana Larissa; GOMES, Magna Rafaela. Educação Patrimonial e Ensino de História nos Livros Didáticos de História. In: OLIVEIRA, Margarida

Maria Dias de; OLIVEIRA, Félix de. (Org). **Livros didáticos de história: escolhas e utilizações**. Natal: EDDFURN, 2009. p. 87-97

ORÍ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 128-148.

OTTO, Clarícia. O ensino de história nos primeiros anos de escolarização: produzir e mediar conhecimentos. In: CARVALHO, Diana Carvalho de et al. (Org.). **Relações interinstitucionais na formação de professores**. Araraquara: Junqueira & Marin; Florianópolis: Fapeu, 2009.

OTTO, Clarícia. **Nos Rastros da Memória**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2012.

SANTA CATARINA. **Proposta curricular (história)**. Florianópolis, SC. 1998. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/documentos/ensino-89/proposta-curricular-156/1998-158/disciplinas-curriculares-232>> Acesso em: 03 abr. 2017.

SANTOS, Nara Limeira F. Com quantas rimas se faz um patrimônio? In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa. Iphan, 2013. (Caderno temático; 3). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_de_educacao_patrimonial_nr_03.pdf> Acesso em: 28 mar. 2017.

SOURIENT, Lilian; ROSENI, Rudek; CAMARGO, Rosiane de. **Interagindo com a história**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2008.

TOLENTINO, Átila. Educação, memórias e identidades: enlaces e cruzamentos. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial: educação, memórias e identidades**. João Pessoa : Iphan, 2013.